



**PARECER ÚNICO Nº 1817684/2013 (SIAM)**

<b>INDEXADO AO PROCESSO:</b> Licenciamento Ambiental	<b>PA COPAM:</b> 33977/2012/001/2013	<b>SITUAÇÃO:</b> Sugestão pelo Deferimento
<b>FASE DO LICENCIAMENTO:</b> Licença Prévia - LP		<b>VALIDADE DA LICENÇA:</b> 02 anos

<b>PROCESSOS VINCULADOS CONCLUÍDOS:</b> Não se aplica	<b>PA COPAM:</b>	<b>SITUAÇÃO:</b>
--	------------------	------------------

<b>EMPREENDEDOR:</b>	Agripetro – Transporte e Comercio de Combustíveis Ltda	<b>CNPJ:</b>	10.439.340/0001-77
<b>EMPREENDIMENTO:</b>	Agripetro – Transporte e Comercio de Combustíveis Ltda	<b>CNPJ:</b>	10.439.340/0001-77
<b>MUNICÍPIO:</b>	Araguari	<b>ZONA:</b>	Urbana
<b>COORDENADAS GEOGRÁFICA</b>	<b>LAT</b> 18° 38' 37,6"	<b>LONG/X</b>	48° 12' 33,77"
<b>LOCALIZADO EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO:</b>			
<input type="checkbox"/> INTEGRAL	<input type="checkbox"/> ZONA DE AMORTECIMENTO	<input type="checkbox"/> USO SUSTENTÁVEL	<input checked="" type="checkbox"/> NÃO
<b>BACIA FEDERAL:</b> Rio Paranaíba		<b>BACIA ESTADUAL:</b> Rio do Rio Jordão	
<b>CÓDIGO:</b> F- 06- 01-7	<b>ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 74/04):</b> Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistema retalhistas e postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de avião		<b>CLASSE</b> 5
<b>ESPONSÁVEL TÉCNICO:</b> Mauro Borges		<b>REGISTRO:</b> CREA MG- 29.722-D	
<b>RELATÓRIO DE VISTORIA:</b> 128/2013			<b>DATA:</b> 17/09/2013

<b>EQUIPE INTERDISCIPLINAR</b>	<b>MATRÍCULA</b>	<b>ASSINATURA</b>
Taciana Fróes Terêncio – Analista Ambiental (Gestora)	1.310.768-5	
Bruno Neto de Ávila – Analista Ambiental	43.955-0	
Gustavo Miranda Duarte – Analista Ambiental de Formação Jurídica	1.333.279-6	
De acordo: José Roberto Venturi – Diretor de Apoio Técnico	1.198.078-6	
De acordo: Kamila Borges Alves – Diretora de Controle Processual	1.151.726-5	



## 1. Introdução

A finalidade deste Parecer Único é a análise da solicitação da Licença Prévia – LP do empreendimento Agripetro – Transporte e Comercio de Combustíveis Ltda, para a atividade “*Transporte Revendedor Retalhista – TRR*” a ser implementada no município de Araguari-MG.

O referido processo teve início mediante preenchimento do Formulário de Caracterização do Empreendimento - FCE em 19/12/2012, em consequência foi emitido em 21/02/2013, por esta Superintendência, o Formulário de Orientação Básica sobre o Licenciamento Ambiental - FOBI contendo a listagem de documentos para formalização do processo. Após a entrega dos documentos listados no FOBI, o processo foi formalizado em 24/05/2013.

O Relatório de Controle Ambiental - RCA foi o estudo apresentado para subsidiar a análise deste processo de Licença Prévia – LP, e o mesmo objetiva atender às exigências da Deliberação Normativa COPAM nº 108/2007 que estabelece os procedimentos para o licenciamento ambiental de postos revendedores, postos de abastecimento, **instalações de sistemas retalhistas** e postos flutuantes de combustíveis e demais legislações e normas vigentes. Tais estudos foram realizados pelo engenheiro agrônomo o Sr. Mauro Borges, CREA MG nº 29.722-D, ART nº 14201200000000416493.

Entretanto, cumpre salientar que para esta fase de licenciamento os estudos mais relevantes são aqueles que atestam a viabilidade ou inviabilidade locacional do empreendimento, considerando o tipo de atividade a ser desenvolvida.

## 2. Caracterização do Empreendimento

O empreendimento Agripetro – Transporte e Comercio de Combustíveis Ltda. solicita Licença Prévia LP para a atividade de um sistema retalhista de combustíveis líquidos automotivos derivados de petróleo – Diesel, conhecido também como TRR (Transportador – Revendedor – Retalhista) que compreende a aquisição de combustível e sua revenda a retalho com entrega ao consumidor. O TRR em questão possuirá capacidade de armazenamento de 180m<sup>3</sup> de diesel.

O empreendimento se localizará na zona urbana do município de Araguari, na Avenida Senador Melo Viana, nº 975, bairro Goiás, coordenadas 18° 38' 37,60" e 48° 12' 33,77".



Pode-se observar em vistoria que o entorno do empreendimento é constituído por área antropizada nas laterais e por terreno baldio no fundo, sendo limitado por uma avenida de grande fluxo de veículos.

Conforme estudo apresentado no item 22 do RCA, o Sistema de Armazenagem Subterrâneo de Combustíveis – SASC a ser implantado, será composto por 06 tanques que na somatória apresentarão capacidade de armazenagem total de 180 m<sup>3</sup>, conforme quadro ilustrado abaixo:

TANQUE Nº	COMBUSTÍVEL	VOLUME DO TANQUE (m <sup>3</sup> )
01	Diesel	30
02	Diesel	30
03	Diesel	30
04	Diesel	30
05	Diesel	30
06	Diesel	30
<b>TOTAL</b>	<b>-</b>	<b>180</b>

A energia utilizada no empreendimento é de concessionária local – CEMIG.

O processo produtivo consiste basicamente no recebimento do óleo diesel por carretas (caminhões-tanques) que descarrega na pista de bomba para os tanques subterrâneos. A transferência do combustível até os tanques e desses até as plataformas de carregamento de caminhões-tanques, quando o produto é vendido, é executada por um conjunto moto-bomba, braço de carregamento e tubulações. Todo sistema de carregamento é realizado por medidor eletrônico com sistema de travamento antitransbordamento.

Os tanques serão do tipo parede dupla, fabricados de acordo com as normas NBR 16.161:2013, tendo como equipamentos e sistema de proteção contra contaminação: válvula de retenção instalada em linha de sucção, dispositivo para descarga selada, câmara de contenção da descarga de combustível, câmara de contenção sob a unidade abastecedora, câmara de contenção na unidade de filtragem, sistema de separação de água e óleo, canaleta de contenção, tubulações não metálica em PEAD, válvula antitransbordamento e monitoramento intersticial automático.



Os tanques serão interligados às linhas de respiro, com válvulas recuperadoras de gases nas suas extremidades. As bombas contam com câmaras de contenção (“*sump*”) em sua parte inferior e com válvula de retenção (“*check valve*”) junto à sucção de cada bomba.

Nas unidades de filtragem de óleo diesel haverá câmaras de contenção (“*sump*”) na parte inferior, circundando as tubulações e conexões.

Não haverá, no posto, área para troca de óleo e lavagem.

### 3. Caracterização Ambiental

O município de Araguari é classificado de acordo com o Índice de Desenvolvimento Humano como município de médio desenvolvimento e têm sua economia baseada nas atividades agropecuárias, industriais e no comércio atacadista.

Segundo a análise do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), o município de Araguari é classificado como Zona Ecológica-Econômica 1 (89,8%) e situa-se em área Muito Favorável quanto à Potencialidade Social e Baixa (45,5%) para Vulnerabilidade Natural.

A classificação do posto em relação ao seu entorno é de classe 2 conforme ABNT NBR 13.786, considerando que a área do empreendimento se encontra num zoneamento misto residencial/comercial e pelo fato da água do subsolo ser utilizada para abastecimento público situadas no entorno (pois foi identificado um poço tubular profundo no entorno de 200 metros do local onde será instalado o posto).

Consta aos autos do processo estudo Caracterizando a Geologia e Hidrogeologia realizada pelo geólogo o Sr Flavio Henrique de Souza, CREA MG Nº 5061574705-D, ART nº14201300000000939464. Tal estudo está em conformidade com a Resolução CONAMA 273 e SMA 05/01. Foi concluído que o local é apto para a implantação da unidade de Transporte Revendedor Retalhista – TRR.

### 4. Utilização e Intervenção em Recursos Hídricos

A água utilizada no empreendimento para fins de consumo humano e para o desenvolvimento das atividades é fornecida pela concessionária local, o SAE – Superintendência de Água e Esgoto.



## 5. Autorização para Intervenção Ambiental (AIA)

Não se aplica ao empreendimento.

## 6. Reserva Legal

O empreendimento está instalado na Zona Urbana de Araguari e, dessa forma, não se aplica a averbação de reserva legal.

## 7. Impactos Ambientais e Medidas Mitigadoras para as próximas fases (LI e LO)

### 7.1 Fase de Instalação:

Para a fase de instalação do empreendimento estima-se os seguintes impactos:

- Geração de resíduos sólidos de construção civil e lixo doméstico;
- Esgoto doméstico originado nas áreas dos canteiros de obras;
- Potencial risco de erosão devido à exposição e movimentação de solo nas áreas das obras;
- Geração de efluentes atmosféricos oriundos de máquinas e veículos e particulados atmosféricos em especial, particulados finos de solo (poeiras).

### **Medidas Mitigadoras:**

- **Resíduos sólidos**

Para a disposição de resíduos da Construção Civil devem ser adotadas as medidas preconizadas nas Resoluções CONAMA nº 307/2002, 348/2004 e 431/2011, que "estabelecem diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil". Quanto ao lixo doméstico, recomenda-se efetuar a segregação e encaminhar a porção reciclável às empresas especializadas, destinando à coleta pública somente a porção não reciclável ou não reaproveitável.

- **Esgoto doméstico:**

As instalações sanitárias deverão ser projetadas adequadamente para o número de funcionários a serem alocados, atendendo às disposições técnicas e legais. Como instalações sanitárias provisórias poderão ser adotados banheiros químicos, contratados apenas de empresas já regularizadas ambientalmente ou ainda adoção de sistema de tratamento constituídos por fossa séptica, dimensionada segundo os critérios da NBR-7229 da ABNT.



- **Geração de particulados**

Quanto à geração de poeiras (fontes fugitivas) deverão ser apresentadas propostas contendo as medidas mitigadoras destinadas a minimizar o impacto.

## **7.2 Fase de Operação:**

Para a fase de operação, os potenciais impactos ambientais identificados no processo relacionam-se à contaminação do solo, dos corpos d'água superficiais e subterrâneos e das emissões atmosféricas com compostos derivados do petróleo, constituindo-se em riscos à saúde dos funcionários e usuários expostos, além do perigo de acidentes ocasionados por incêndios ou explosões.

Os impactos podem ter origem em vazamentos ocorridos se houver ineficiência na operação de descarga de combustível do caminhão para o tanque de armazenamento; ineficiência operacional das bombas de combustíveis no momento do abastecimento de veículos; vazamentos nas tubulações e/ou junções de ligação tanques/bombas; ineficiência operacional do sistema de separação de água e óleo – SAO; na disposição inadequada de resíduos sólidos; na disposição inadequada do óleo e da borra coletados no sistema SAO; nos esgotos sanitários; na emissão de gases na atmosfera; na não utilização do sistema de câmaras (“*sump*”) nos tanques e bombas, na inexistência das descargas seladas e danos acidentais que violem a estrutura do tanque de armazenagem de combustíveis.

O potencial impacto relacionado aos efluentes líquidos gerados será proveniente da área de abastecimento, que estará sujeita a vazamentos de derivados de petróleo ou resíduos oleosos.

Quanto aos resíduos sólidos, serão gerados na área do posto, decorrentes do lixo de natureza doméstica (escritório e sanitários) e do lixo de natureza industrial, ou seja, embalagens de insumos e produtos contaminados, areia e lodo, estopas, e resíduos oriundos dos sistemas de separação de água e óleo.

Quanto às emissões atmosféricas, estas se relacionarão com gases provenientes dos respiros dos tanques e das bocas de descarga que serão exalados, em sua maioria, durante as operações de descarga de combustíveis.



As águas pluviais em contato com as áreas contaminadas por produtos derivados do petróleo poderão gerar efluentes líquidos com igual potencial de toxicidade que aqueles produzidos nas atividades de abastecimento e descarga.

#### **Medidas mitigadoras:**

- **Vazamentos, derramamento e transbordamento de combustíveis:**

Visa a prevenção de derramamentos – refere-se à descarga de combustível do tipo selada e com “*sump*” na boca de visita dos tanques, câmaras de contenção estanque e impermeável e válvulas antitransbordamento.

O piso da área de abastecimento, bem como a área de descarga de produto deverão ser construídos em concreto polido, com caimento para o sistema de drenagem e circundado por canaletas de contenção, as quais direcionam os efluentes, ao sistema de segregação de água e óleo. Entretanto, para assegurar a eficiência no sistema de separação o empreendedor deverá efetuar as devidas manutenções e limpezas bem como análises periódicas.

Quanto às bombas, o sistema de controle de efluentes deverá ser instalado com câmara de contenção estanque e impermeável (“*sump*”), válvula de retenção (“*check valve*”) nas linhas de sucção. A finalidade desta válvula é manter as linhas constantemente com produto em seu interior e, em caso de perda da estanqueidade da linha, permitem o retorno do produto até o tanque de armazenamento. O filtro de diesel deverá ser dotado de câmaras de contenção estanque e impermeável (“*sump*”).

- **Disposição dos efluentes líquidos e sistema de segregação de água e óleo:**

Os efluentes líquidos que serão gerados no empreendimento, e descritos no item acima, deverão ser direcionados para sistema de separação de água e óleo.

Com relação ao risco de contaminação ambiental pela ação da água pluvial, as áreas potencialmente geradoras de efluentes líquidos os sistemas de drenagem deverão estar interligados ao sistema de segregação de água e óleo. As áreas de abastecimento devem possuir coberturas e a localização dos sistemas de drenagem (canaletas) deverão ser construídas com as projeções das respectivas coberturas nos pisos.



- **Disposição de resíduos sólidos:**

Os resíduos oleosos retidos no sistema de segregação de água e óleo, bem como areia e lodo contaminados por óleo e/ou graxa, e os demais resíduos contaminados do posto (estopas, embalagens de óleo lubrificante vazias, etc), deverão ser armazenados temporariamente em tambores, em local apropriado, em conformidade com a NBR 10.004/2004, NBR 12.235/87, NBR 11.174/90 até serem encaminhados às empresas especializadas.

Os resíduos sólidos domésticos (gerados no escritório e sanitários) deverão ser destinados para local adequado, conforme normas vigentes.

Os resíduos sólidos recicláveis deverão ser recolhidos através de coleta seletiva e enviados a empresa de reciclagem.

- **Emissão de gases na atmosfera:**

A emissão de vapores de combustíveis deverão ser controlados pelas válvulas de contenção de vapores instaladas nos respiros dos tanques de armazenamento e controlados através do sistema de descarga selada. As válvulas de retenção de gases deverão ser revisadas anualmente, com o objetivo de manter suas características de desempenho asseguradas pelo fabricante.

O sistema de descarga selada minimizará a emissão dos vapores gerados no momento da descarga de combustível do caminhão para o tanque de armazenamento.

## **8. Compensações**

Não se aplica

## **9. Controle Processual**

O processo encontra-se formalizado e instruído corretamente no tocante à legalidade processual, haja vista a apresentação dos documentos necessários e exigidos pela legislação ambiental em vigor, conforme enquadramento no disposto da Deliberação Normativa nº 74/2004.





O local de instalação do empreendimento e o tipo de atividade desenvolvida estão em conformidade com as leis e regulamentos administrativos municipais de acordo com a Declaração da Prefeitura Municipal de Araguari – MG.

## 10. Conclusão

A equipe interdisciplinar de análise deste processo, do ponto de vista técnico e jurídico, opina pelo **deferimento da concessão da Licença de Prévia, do empreendimento Agripetro – Transporte e Comercio de Combustíveis Ltda.**, aliadas às condicionantes listadas no Anexo I e ouvida a Unidade Regional Colegiada do Conselho Estadual de Política Ambiental do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

Cabe esclarecer que a SUPRAM TM/AP não possui responsabilidade técnica sobre os projetos de sistemas de controle ambiental e programas de treinamento aprovados para implantação, sendo a execução, operação, comprovação de eficiência e/ou gerenciamento dos mesmos de inteira responsabilidade da própria empresa, seu projetista e/ou prepostos.

**Ressalta-se que a Licença Ambiental em apreço não dispensa nem substitui a obtenção pelo requerente de outras licenças legalmente exigíveis.**

**Ressalta-se ainda que as revalidações das licenças ambientais deverão ser efetuadas 90 (noventa) dias antes de seu vencimento.**

**Eventuais pedidos de alteração nos prazos de cumprimento das condicionantes estabelecidas nos Anexos deste parecer único poderão ser resolvidos junto à própria SUPRAM, mediante análise técnica e jurídica, desde que não alterem o mérito/conteúdo das condicionantes.**

## 11. Anexos

**Anexo I.** Condicionantes para Licença Prévia (LP) da Agripetro – Transporte e Comércio de Combustíveis Ltda



## ANEXO I

### Condicionantes para Licença de Prévia do empreendimento Agripetro – Transporte e Comercio de Combustíveis Ltda

**Empreendedor:** Agripetro – Transporte e Comercio de Combustíveis Ltda  
**Empreendimento:** Agripetro – Transporte e Comercio de Combustíveis Ltda  
**CNPJ:** 10.439.340/0001-77  
**Município:** Araguari - MG  
**Atividade:** Postos revendedores, pontos de abastecimento, instalações de sistema retalhistas e postos flutuantes de combustíveis  
**Código DN 74/04:** F-06-01-7  
**Processo:** 33977/2012/001/2013  
**Validade:** 02 anos

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
01	Relatar a esta SUPRAM sobre qualquer ocorrência atípica ou alterações que possam gerar impactos ambientais negativos.	Durante a vigência da Licença

\* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.

Obs. Eventuais pedidos de alteração nos prazos de cumprimento das condicionantes estabelecidas nos anexos deste parecer poderão ser resolvidos junto à própria Supram, mediante análise técnica e jurídica, desde que não altere o seu mérito/conteúdo.